

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

**Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo:

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Salgueiro Solar Holding S.A.
São Paulo SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salgueiro Solar Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salgueiro Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

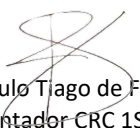
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Paulo Tiago de Freitas
Contador CRC 1SP274021/O-3

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	5	19	68
Impostos a recuperar		2	1
Total do ativo circulante		21	69
Partes relacionadas	6	686	-
Total realizável a longo prazo		686	-
Investimentos	7	154.083	102.782
Imobilizado		-	725
Total do ativo não circulante		154.769	103.507
Total do ativo		154.790	103.575

Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	8	<u>1</u>	<u>4</u>
Total do passivo circulante		<u>1</u>	<u>4</u>
Partes relacionadas	6	<u>-</u>	<u>268</u>
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>268</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	148.537	98.040
Prejuízos acumulados		<u>6.252</u>	<u>5.263</u>
Total do patrimônio líquido		<u>154.788</u>	<u>103.303</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>154.790</u>	<u>103.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	10	(171)	(20)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(171)	(20)
Receitas financeiras	11	10	-
Despesas financeiras	11	(353)	-
Resultado financeiro líquido		(343)	-
Equivalência Patrimonial		1.503	5.569
Resultado antes dos impostos		988	5.549
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do exercício		988	5.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	988	5.549
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	988	5.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos /	Total
		Subscrito e integralizado	A integralizar	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		98.040	-	(286)	97.755
Integralização de capital		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	5.549	5.549
Saldos em 31 de dezembro de 2020		98.040	-	5.263	103.303
Integralização de capital	9	50.175	-	-	50.175
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	322	-	322
Prejuízo líquido do exercício		-	-	988	988
Saldos em 31 de dezembro de 2021		148.215	322	6.252	154.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SALGUEIRO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos impostos		988	5.549
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Equivalência Patrimonial	7	(1.503)	(5.569)
		(515)	(20)
Variações em:			
Partes relacionadas	6	(954)	268
Impostos a recuperar		(1)	(1)
Fornecedores	8	(3)	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(1.473)	248
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(1.473)	248
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimentos	7	(49.799)	227
Imobilizado		725	(409)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(49.073)	(181)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	9	50.175	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	322	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		50.497	-
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(49)	66
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	68	2
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	19	68
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(49)	66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Salgueiro Solar Holding S.A. é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976 e constituída no Brasil em 20 de julho de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 01 de agosto de 2018 e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada por:

	Participação acionária	
	2021	2020
Canadian Solar Inc.	6,80%	6,80%
Canadian Solar UK Project Ltd	6,60%	6,60%
Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A.	6,60%	6,60%
Nebras do Brazil Investments 1 Ltda.	80,00%	80,00%
Total	100,00%	100,00%

A companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir. Essas companhias têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica. As controladas entraram em operação a partir de julho de 2021.

1.1. Relação de entidades controladas

	Participação acionária %	
	2021	2020
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	100	100
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	100	100
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	100	100

1.2 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Salgueiro I	Portaria 157	08/05/2018	30 anos	39
Salgueiro II	Portaria 156	08/05/2018	30 anos	39
Salgueiro III	Portaria 160	08/05/2018	30 anos	39

1.3 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas possuem os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de Inicio	Mês de reajuste
Salgueiro I	LEN (*)	8,0	R\$145,45	IPCA	20 anos	01/01/2021	Dezembro
Salgueiro II	LEN (*)	8,0	R\$145,98	IPCA	30 anos	01/01/2021	Dezembro
Salgueiro III	LEN (*)	8,0	R\$145,45	IPCA	30 anos	01/01/2021	Dezembro

(*) Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

(**) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit

Adicionalmente, toda a energia contratada no Ambiente de Mercado Regulado, conforme os contratos do CCEAR, foram descontratados no leilão do MCS D** em 01 de junho de 2021 e terão seu início em 01 de janeiro de 2023.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta Nebras Brazil Investments 1 Ltda já apresenta demonstrações consolidadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 13 de maio de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 12, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido

quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

c. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (alteração ao CPC 23).

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	19	68
	19	68

6 Transações com partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

i. Contas a receber de partes relacionadas

	2021	2020
Salgueiro I Energias Renováveis S.A (a)	686	-
Total	686	-

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

ii. Contas a pagar de partes relacionadas

	2021	2020
Salgueiro I Energias Renováveis (a)	-	260
Salgueiro II Energias Renováveis (a)	-	8
Total	-	268

- (b) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

iii. Remuneração da administração

A administração é composta pela Diretoria Estatutária. Sua remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi paga pela controladora, Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

7 Investimentos

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

	2020	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	2021
Investimentos Controladas					
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	34.668	15.338	535	-	50.542
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	34.245	14.458	3.891	-	50.594
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	33.869	20.003	(2.924)	-	50.948
Total	102.782	49.799	1.503	-	154.084

	2019	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	2020
Investimentos Controladas					
Salgueiro I Energias Renováveis S.A.	32.387	-	2.281	-	34.668
Salgueiro II Energias Renováveis S.A.	32.405	-	1.840	-	34.245
Salgueiro III Energias Renováveis S.A.	32.422	-	1.447	-	33.869
Total	97.214	-	5.568	-	102.782

8 Fornecedores

	2021	2020
Serviços	1	4
Total	1	4

9 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 148.537 (R\$ 98.040 em 31 de dezembro de 2020) representado por 148.536.872 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Nebras Brasil Investment, detentora de 80% das ações e pela acionista Canadian Solar UK, detentora de 20% das ações.

Durante o ano de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 50.175, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 50.174.999 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 9.000, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 8.999.999 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em maio, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 17.000, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 17.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em agosto, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 12.175, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 12.175.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em setembro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 12.000, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 12.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Adicionalmente, ainda no ano de 2021, foi realizado Adiantamento para Futuro aumento de Capital, no valor de R\$ 322.

10 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de contabilidade	(18)	(19)
Serviços prestados	(130)	(1)
Outras despesas	(23)	-
Total de despesas gerais e administrativas	(171)	(20)

11 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
IOF	(353)	-
Tarifas bancárias	-	-
Total de despesas financeiras	(353)	-
Receitas financeiras	10	-
Total de receitas financeiras	10	-
Resultado financeiro líquido	(343)	-

12 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo			
Caixa e bancos	5	19	-
Partes relacionadas	6	686	-

	31/12/2021		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	8	1	

	31/12/2020			
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	5	68		-

	31/12/2020		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores		8	4
Partes relacionadas		6	268

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Partes relacionadas	6	-	-

	31/12/2020		
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Partes relacionadas	6	268	268

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Ativos financeiros

	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	19	68
Partes relacionadas	686	-

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1	1	1	-	-	-

13 Eventos Subsequentes

A – Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$10.000, pela acionista Nebras Brasil Investments 1.

B – Em 20 de janeiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$2.500, pela acionista Canadian.

C – Em 11 de fevereiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$6.000, pela acionista Nebras Brasil Investments 1.

D – Em fevereiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$1.500, pela acionista Canadian.

E – Em 14 de março de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$3.000, pela acionista Nebras Brasil Investments 1.

F – Em 17 de janeiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro I no valor total de R\$7.705.

G – Em 24 de março de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro I no valor total de R\$50.

H – Em 26 de janeiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro II no valor total de R\$2.600.

I – Em fevereiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro II no valor total de R\$1.248.

J – Em março de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro II no valor total de R\$2.040.

K – Em 26 de janeiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro III no valor total de R\$2.200.

L – Em fevereiro de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro III no valor total de R\$1.920.

M – Em março de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro III no valor total de R\$2.367.

N – Em abril de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro I no valor total de R\$1.831.

O – Em abril de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro II no valor total de R\$1.687.

P – Em abril de 2022, ocorreu uma injeção de capital na Salgueiro III no valor total de R\$1.998.

Q – Em 8 de abril de 2022, ocorreu uma injeção de capital, no valor de R\$5.000, pela acionista Nebras Brasil Investments.

* * *